

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

SEPARATA DE

# ANAIIS

S é r i e   H i s t ó r i a

João Carlos Brigola

Museologia e História Natural em finais de Setecentos – o caso do Real  
Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808)

Actas do Colóquio “A Casa Literária do Arco do Cego”

LISBOA MM - MMI

VOLUME **VII/VIII**

# Museologia e História Natural em finais de Setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808)

João Carlos Brigola \*

1. Não podemos senão experimentar um sentimento ambivalente quando convocados a avaliar a importância científica, económica e museológica dos estabelecimentos da Ajuda – Real Museu de História Natural e Jardim Botânico (1764-1836). Se, por um lado, aderimos sem resistência à opinião de que no panorama museológico setecentista nenhuma outra criação privada ou institucional (incluindo os museus da Universidade e da Academia das Ciências) terá desempenhado papel de comparável relevo, somos todavia compelidos a usar de redobrada prudência analítica face à surpreendente massa documental reunida.

A maior dificuldade na elaboração de uma visão de conjunto, consistente e plausível, reside justamente aqui – na imperiosa tarefa de distinguir entre a determinação administrativa e a sua real praticabilidade. Ou seja, apurar se o lugar de destaque que a Coroa, no âmbito de uma estratégia de reformismo económico, conferiu ao complexo científico de história natural da Ajuda, terá assumido uma feição prática e útil, ou se terá permanecido afinal na esfera da linguagem legal e burocrática das intenções. O que se trata aqui, em suma, é de comprovar se efectivamente se cumpriu o desígnio estatal, tantas vezes perceptível na retórica do Poder, de conferir a esta instituição museológica – território de saber técnico e experimental – o estatuto de instrumento de desenvolvimento económico (metropolitano e colonial) tal como era doutrinado pela *economia da natureza*.

---

\* Investigação apoiada pelo Programa Prodep.

Departamento de História e Centro de Estudos de História e Filosofia das Ciências, Universidade de Évora.

A dimensão mais divulgada das actividades científicas e museológicas exercidas na Ajuda tem sido a das viagens de exploração *philosophica* aos territórios ultramarinos<sup>1</sup>. Este programa implicou o compromisso entre poderes públicos e meio científico – à Coroa coube o financiamento e coordenação das expedições, ficando o seu apetrechamento técnico e a transmissão da cultura profissional aos viajantes-naturalistas a cargo do Museu e Jardim Botânico. Do ponto de vista destes estabelecimentos museais, os resultados mais visíveis do empreendimento traduziram-se no notável enriquecimento das colecções de produtos exóticos, naturais e artificiais, e na elaboração de relatórios de investigação (trabalho de campo, sob a forma de memórias e iconografia) cujos reais contributos teóricos para o avanço da História Natural constituem ainda hoje motivo de controvérsia<sup>2</sup>.

Mas, na medida em que assim se subordinava o trabalho científico aos objectivos traçados pela Administração, sendo os naturalistas considerados meros agentes do Estado, importaria ajuizar se as prioridades de pesquisa terão sido definidas exclusivamente pelo critério do interesse público e dos deveres funcionais ou se, alguma vez, foi possível no quotidiano do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda o exercício especializado de métodos e de conceitos em programas puramente científicos. Responder a esta questão significa saber se foi aqui cumprido o processo de apropriação do objecto de história natural, ou seja, a transformação dos *entes naturais* – recolhidos, preparados e remetidos pelo colector – em produtos

<sup>1</sup> “Por ‘viagem filosófica’ entendiam-se as expedições científicas orientadas para a ‘descrição física e económica’ dos territórios, ou seja, para a inventariação dos recursos naturais e das suas aplicações económicas. Era precisamente este naturalismo aplicado à economia que preenchia o essencial do campo disciplinar então designado por *Filosofia Natural*” (J. Vicente Serrão, *Domingos Vandelli – Aritmética política, economia e finanças*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994, p. XXIV).

<sup>2</sup> Cfr. Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Lisboa, Região Autónoma da Madeira, 1991, p. 89). Para o estado da questão no Brasil, veja-se a leitura proposta por Ronald Raminelli, “Ciência e colonização – viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”, *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3, n.º 6, Dez. 1998, pp. 157-182, 1998. Uma perspectiva especializada sobre os contributos das viagens africanas no campo da Botânica é apresentada por Abílio Fernandes, *A Universidade de Coimbra e o estudo da flora e da vegetação dos países africanos de língua oficial portuguesa*, Coimbra, Departamento de Botânica da FCT, 1993.

científicos através do trabalho de gabinete efectuado pelo naturalista no interior dos estabelecimentos museológicos.

Este processo, a ter sido consumado, implicaria uma divisão do labor científico baseada no princípio de que a viagem filosófica correspondia apenas a uma primeira fase, essencial mas inacabada,<sup>3</sup> e que a organização do campo do saber naturalista só seria plenamente assegurada pelas operações museológicas de estudo – com imprescindível divulgação de resultados junto da comunidade científica – conservação, e exibição cénica dos objectos tal como surge já exemplarmente enunciado em obra coeva: “Ninguém espere que de viagens de mezes ou ainda de alguns annos, e muito menos de informações sómente, resulte uma exacta notícia da Historia Natural d’esta vasta Região [Brasil], aonde os Productos e as circunstancias são, pela maior parte, tão differentes dos do antigo Mundo. Só de Naturalistas dignos e judiciosamente empregados (...) por toda a sua vida se poderá esperar uma serie de observações sabiamente feitas, comparadas, e systematizadas, que ponhão em toda a luz a natureza inteira d’esta Parte, e nos ensinem os modos de a converter em nosso proveito”<sup>4</sup>.

2. Captar o real vivido de uma instituição museológica e científica – dotada de tão grande complexidade funcional como a que foi atribuída pelo Poder ao Museu e Jardim Botânico da Ajuda durante os anos em que decorre a nossa análise (1777-1808) exige o recurso a fontes originais, capazes de estimular perspectivas historiográficas inovadoras. A necessidade de diversificarmos a tipologia documental

<sup>3</sup> “Sous l’Ancien Régime (...) c’est l’élément ‘voyage’ qui pèse le plus lourd. Le voyageur-naturaliste du XVIIIe siècle est plus voyageur que naturaliste; (...) sa formation le prépare mal, tout au moins très incomplètement, aux tâches qui l’attendent. C’est bien souvent le voyage qui fera le naturaliste (...). Le naturaliste, le vrai, attend à Paris l’arrivée du voyageur et surtout celle des collections de celui-ci pour en faire de nouveaux matériaux aux service de la science” (Y. Laissus, “Les voyageurs naturalistes du Jardin du roi et du Muséum d’histoire naturelle: essai de portrait-robot”, *Revue d’Histoire des Sciences et de leurs applications*, t. XXXIV, n.ºs 3-4, 1981, p. 263).

<sup>4</sup> [José Feliciano de Castilho], *Instrução para os viajantes e empregados nas colonias sôbre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de historia natural arranjada pela administração do R. Museu de Historia Natural de Paris.(...) Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sôbre a historia natural do Brazil, e estabelecimento do museu e jardim botânico em a Côrte do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1819, p. XXV.

impunha-se a *fortiori* pela ausência de produção impressa própria (catálogos, periódicos científicos, relatórios, monografias) – característica marcante da actividade científica destes estabelecimentos museais e que poderá ajudar a explicar, em parte, o apagamento da memória a que estiveram sujeitos desde sempre.

Duas das fontes documentais mais utilizadas pela sua importância e originalidade, são os testemunhos dos viajantes estrangeiros (alguns nunca divulgados)<sup>5</sup> e a correspondência inédita trocada entre a direcção do Museu e personalidades e instituições científicas europeias<sup>6</sup>. Mas, seria a preservação do volume intitulado *Livro De Registo dos Decretos, Portarias, Avisos, e outras Regias Determinações, que baixão ao Real Jardim Botânico, Laboratorio Chimico, Musêo, e Casa do Risco* a permitir uma surpreendente leitura da dimensão institucional do complexo científico da Ajuda. A inventariação e exibição pública deste documento enquanto objecto de colecção fica a dever-se ao zelo museográfico do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa e, antes do mais, ao seu Director que soube exemplarmente salvaguardar e valorizar um inestimável património histórico-documental<sup>7</sup>.

Trata-se de um copiador de ordens oficiais canalizadas para a Ajuda entre Julho de 1791 e Outubro de 1810 constituindo, por isso, uma peça imprescindível para esboçar o perfil funcional dos vinte anos porventura mais representativos (porque socialmente mais influentes) desta instituição museológica setecentista<sup>8</sup>. De facto, entre os protagonistas maiores da narrativa, entretecida em linguagem

<sup>5</sup> Cfr. João Carlos Brigola, “Colecções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal – o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900)”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 3, Outono de 1998, pp. 153-164.

<sup>6</sup> Vide infra Anexo “Correspondência de Domingos Vandelli com personalidades e instituições científicas europeias (1765-1811)”.

<sup>7</sup> Agradecemos penhoradamente a amabilidade do Professor F. Bragança Gil que, não só nos alertou para a existência deste precioso espécime documental como, encontrando-se desde então exibido em Exposição sobre os espaços museológicos da Cotovia, nos autorizou a sua demorada consulta.

<sup>8</sup> Uma parte ínfima desta correspondência oficial encontra-se depositada no AHMB (Arquivo Histórico do Museu Bocage) e no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino). A. Pires de Lima transcreveu, dos dois arquivos, alguns documentos mais directamente relacionados com a expedição filosófica à Amazônia (Cfr. *O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953). No ANTT (Ministério do Reino), em documentação relativa aos estabelecimentos da Ajuda durante a direcção de Félix de Avelar Brotero (1811-1828), fazem-se referências a um *Livro de Registo de Decretos*, n.º 2, mas não foi possível localizá-lo.

burocrático-legal, encontram-se os nomes de algumas das figuras cimeiras do universo cultural, artístico, científico e político da nossa Ilustração: Domingos Vandelli, Alexandre Rodrigues Ferreira, Júlio Mattiazzi, João da Silva Feijó, J. Mariano da C. Veloso, João de Loureiro, José Correia da Serra, José António de Sá, Hipólito J. da Costa Pereira, F. de Avelar Brotero, J. Bonifácio de Andrada e Silva, Francesco Bartolozzi, Domingos Sequeira, Manuel do Espírito Santo Limpo, Martinho de Melo e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, lado a lado com a extensa galeria mais ou menos anónima de funcionários (porteiro, fiel de armazém, fiscal, preparador, riscador, gravador, escrevente, praticante de botânica, jardineiro, canteiro, etc)<sup>9</sup>.

3. A ineficácia do modelo administrativo adoptado nas décadas anteriores, o aumento exponencial dos produtos remetidos dos territórios ultramarinos, a crescente complexidade de funções atribuídas à instituição museológica e a confusão de estatuto entre administrador e director ajudam a lançar luz sobre os propósitos da reorganização *economica* dos estabelecimentos da Ajuda iniciada em 1791 (e logo corporizada na iniciativa de escriturar um *Livro De Registo dos Decretos*) data em que justamente regressa a Lisboa, já jubilado, o primeiro professor de História Natural e de Química da Universidade de Coimbra.

Serão anos decisivos para o novo fâcies administrativo do Real Museu e Jardim Botânico os que decorrem entre o regresso de Vandelli e o Decreto de Maio de 1795 que anexa o *Plano segundo o qual se haode escripturar, e fiscalisar methodicamente as Despezas, que se houverem de fazer pela Consignação mensal de quatrocentos mil reis, no Jardim Botânico, Laboratorio, Museo, e Casa do Risco no Real Sitio de Nossa Senhora d'Ajuda*<sup>10</sup>. Neste período assistir-se-á, com o termo da

<sup>9</sup> Em rigor os 'riscadores' e 'gravadores', pela dimensão técnica do seu desempenho tanto ao serviço da viagem como na Casa do Risco e na Casa da Gravura, têm merecido estudos particulares pelo que, é justo assinalá-lo, não se podem já considerar de todo 'anónimos'.

<sup>10</sup> Encontram-se ambos integralmente transcritos no *Livro Do Registo dos Decretos...*, MCUL (Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, Inv. n.º 55). Uma muito circunstanciada descrição e avaliação crítica do modelo administrativo adoptado na Ajuda, antes de 1795, pode ser encontrada em *Exposição feita por Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a administração económica do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (incompleta)*, [1795], AHMB (Arquivo Histórico do Museu Bocage), ARF – 25.

expedição científica à Amazónia, ao ingresso de Alexandre Rodrigues Ferreira, nos inícios de 1793, no quadro profissional da Ajuda como naturalista, passando depois ele a assegurar – com o desaparecimento do jardineiro-chefe Júlio Mattiazzi em 1794 – as funções de administrador, tesoureiro do cofre e vice-director<sup>11</sup>.

A consciência de que assim se delineava um novo ciclo de gestão museal, que perdura até à deslocação da Corte para o Brasil, passará a incorporar a memória histórica da instituição. Por isso, a direcção científica que se seguirá ao tempo vandelliano e alexandrino, já na segunda década de oitocentos, assumirá em múltiplos relatórios oficiais uma avaliação globalmente positiva deste período.

Brotero, pese embora a atitude tantas vezes mordaz e de distanciamento crítico face à prestação científica do naturalista italiano e do “brasileiro Alexandre”, bater-se-á sempre pela sobrevivência financeira da Ajuda idealizando como modelo de gestão o que fora adoptado na década de noventa e definitivamente interrompido pelas invasões francesas<sup>12</sup>. Este modelo *economico*, contemplando a autonomia financeira através da consignação de uma verba mensal fixa para salários e despesas correntes (e com os trabalhos de construção suportados pela ‘Casa das Obras, e Paços Reaes’), permitirá desde logo o alargamento do quadro de funcionários e de colaboradores eventuais, de acordo com as crescentes tarefas especializadas exigidas ao Museu de História Natural, ao Jardim Botânico e aos seus anexos – Laboratório Químico, Casa do Risco, Cartório e Biblioteca.

Sendo certo que daqui não resultará um acréscimo de naturalistas contratados (a colaboração pontual; de índole técnico-científica, no âmbito das relações com a Academia das Ciências ou no círculo de *amadores*, será o formato preferentemente adoptado)<sup>13</sup>, o número de dependentes dos estabelecimentos da Ajuda chegará todavia a atingir as

<sup>11</sup> Cfr. Manuel José Maria da Costa e Sá, *Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1818, p. 19.

<sup>12</sup> Cfr. *Resposta de Félix de Avelar Brotero a uma portaria do ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro (16 de Novembro de 1822)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555 (1821-1833).

<sup>13</sup> Como nos casos dos ‘botânicos’ Abade Correia da Serra, Padre João de Loureiro ou Frei José Mariano da Conceição Veloso.

três dezenas, dimensão impossível de encontrar em qualquer outra instituição museológica setecentista.

Isso mesmo é comprovável pela extensa lista de “pessoas ocupadas no R. Jardim Botânico, e Museo de S. Mag.” publicitada no *Almanach de Lisboa para o anno de 1796*<sup>14</sup>. Sintoma de preocupação com a eficácia e a racionalidade na gestão dos recursos humanos disponíveis, é a relação oficial que documenta em pormenor a lista tornada pública, redigida nesse mesmo ano pelo novo administrador, Alexandre Rodrigues Ferreira, e intitulada *Relação das Pessoas ocupadas no Real Gabinete de Historia Natural, e Jardim Botânico. Seus Nomes, Empregos, Ordenados, ou Jornaes que vencem, e Repartiçoens por onde os vencem. Tudo como nella se declara (Julho de 1796)*<sup>15</sup>.

Uma leitura dos elementos disponíveis nas duas enumerações (a do *Almanach* e a oficial) terá de sublinhar quase uma evidência, que é a de existir uma estreita relação entre os conteúdos funcionais das categorias profissionais enunciadas e os objectivos e actividades atribuídos pela Coroa a estes estabelecimentos museológicos, enquanto repartição pública. E esta articulação imporá, obviamente, um determinado perfil de organização e funcionamento administrativo (e científico), amplamente documentado no *Livro de Registo dos Decretos*.

Pelo conteúdo e pela frequência das determinações régias, decretos, portarias e avisos, é possível concluir (ou, melhor diríamos, confirmar) que a acumulação de absorventes tarefas burocráticas nas mãos de Ferreira<sup>16</sup> – o único naturalista vocacionado para o estudo das

<sup>14</sup> *Almanach de Lisboa para o anno de 1796*, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, pp. 121-124.

<sup>15</sup> AHMB, ARF – 24. “Gabinete de História Natural: Administrador (A.R. Ferreira); 5 desenhadores; 3 discípulos do desenho; 1 fiel do Gabinete; 3 preparadores; 1 servente; 1 servente do Laboratorio Chymico [total: 14 funcionários]; Jardim Botânico: 1 director (Domingos Vandelli); 2 jardineiros botânicos; 1 caseiro; 9 trabalhadores [total: 12 funcionários]”.

<sup>16</sup> Cfr. *Carta de Brotero para o Abade Correia da Serra (20 de Fevereiro de 1801)*, apud Abílio Fernandes, “José Francisco Corrêa da Serra como naturalista”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Ciências, t. XVIII, 1976, pp. 39-40; *Carta de A. R. Ferreira a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (19 de Fevereiro de 1800)*, AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), apud D. A. Tavares da Silva, “O cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (Notas para o seu estudo)”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 3-4 e 5-6, 1947.



depressa o q. se faz bem he fugir esperava elle ao cabo desta semana dar conta do Recado, e com ella remetter a porção, q. agora remette, deixando p.<sup>a</sup> seu tempo o resultado da sua Esperiencia “<sup>20</sup> .

Não pode estranhar, por esse motivo, que a *Relação* vandelliana de 1795<sup>21</sup> não iluda o destino inglório de parte das produções naturais – provenientes em grande escala do esforço humano e financeiro das viagens ultramarinas – encerradas, umas nos armazéns do Museu, sem condições de conservação, perdendo-se mesmo antes de sujeitas a classificação taxonómica, e outras nunca dantes incluídas no *Systema Naturae* linneano<sup>22</sup> e cuja descrição em publicação científica, a ter sido realizada, poderia ter proporcionado autoria de nomenclatura aos nossos naturalistas<sup>23</sup> .

Parece pois de concluir que algumas das funções atribuíveis a um museu de história natural e teorizadas por D. Vandelli na sua *Memoria sobre a utilidade, e uso dos Muzeos d’Historia Natural*<sup>24</sup> não terão sido aqui plenamente cumpridas, nomeadamente o múnus didáctico e o científico. Dito de outro modo, o novo modelo administrativo adoptado na Ajuda em meados da década de noventa, se resultará indiscutivelmente numa maior economia de meios para o Real Erário e num financiamento mais expedito e eficaz das actividades destes estabelecimentos não significará, no entanto, a primazia de um projecto de pesquisa no quadro das múltiplas, casuísticas e, tantas vezes, desconstruídas ordens ditadas pela governação.

Para que semelhante programa de trabalho pudesse ter capitalizado os recursos disponíveis na Ajuda, teria sido exigido ao

<sup>20</sup> *Offício de A. R. Ferreira ao Funcionário Superior do Ministério da Marinha (14 de Novembro de 1799)*, AHU, apud A.P.de Lima, *ob. cit.*, 1953, p. 365. Cfr. Manuel José Maria da Costa e Sá, *ob. cit.*, 1818, p. 23.

<sup>21</sup> Cfr. *Relação da origem, e estado prezente do Real Jardim Botânico, Laboratorio Chymico, Museo de Historia Natural, e Caza do Risco*, [1795] ANTT, Ministério do Reino, Maço 444.

<sup>22</sup> Carlos Almaça, “A expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira no contexto histórico-natural da sua época”, in *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Ciclo de conferências*, Lisboa, Academia de Marinha, 1992, pp. 8-9

<sup>23</sup> Igual situação é evidenciada no Real Gabinete de Historia Natural, de Madrid: “La publicación de trabajos de investigación es el índice más cierto de producción científica. No cuenta toda la labor ni el talento del científico, si no se editan sus escritos. En esto la pobreza del Museo es grande” (Emiliano Aguirre, “Introducción” a Agustín J. Barreiro, *El Museo Nacional de Ciencias Naturales (1771-1935)*, Madrid, Ediciones Doce Calles, 1992, p. 43).

<sup>24</sup> BACL (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa), Série Vermelha., Ms. 143/2.

poder político um maior esforço de investimento quer no apetrechamento das instalações e equipamentos museológicos, quer na requalificação técnica do seu quadro de funcionários (através da contratação de mais naturalistas e da formalização de ensino público no interior dos estabelecimentos), o que quer dizer que a reestruturação *economica* teria de ter envolvido, por igual, uma componente *científica* especialmente vocacionada para o estudo das colecções<sup>25</sup>.

Por este tipo de reforma mais ampla tinha já pugnado – de resto sem sucesso – Domingos Vandelli na *Representação (...) pedindo um regulamento para o Jardim Botânico* acentuando justamente a urgência de contratação de naturalistas (com remuneração acrescida)<sup>26</sup> e a necessidade de se definir um empreendimento editorial aglutinador de procedimentos técnico-científicos e museológicos – a projectada *Historia Natural das Colonias*, agora enriquecida pela documentação memorialística e iconográfica recolhida nas expedições *philosophicas*.

Também os raros estrangeiros, com formação naturalista<sup>27</sup>, que por estes anos visitaram o Museu e o Jardim Botânico da Ajuda deixaram registadas apreciações críticas a propósito do desajuste entre a riqueza, a variedade e a raridade dos produtos exóticos ali depositados e a inexistência de operações de apropriação científica destes objectos enquanto *entes naturais*, daqui derivando a sua exibição museológica na vulgar condição de curiosidades, sem aparente alcance instrutivo.

É, por isso, com compreensível enfado e desencanto que o ilustre mineralogista dinamarquês Abildgaard se refere, em 1794, à parca valia científica de um museu que, pela condição imperial do país, deveria proporcionar maiores contributos para o acréscimo do *catalogo da Natureza*: “Le Cabinet du Prince du Brasil contient beaucoup de choses

<sup>25</sup> Cfr. Germano F. Sacarrão, “Pedagogia da evolução e museus de história natural”, *Prelo*, n.º 16, Julho/Setembro 1987, pp. 20-21; e Giovanni Pinna, *Fondamenti teorici per un museo di storia naturale*, Milão, Jaka Book, 1997, p. 32.

<sup>26</sup> É significativo que, dos naturalistas envolvidos nas viagens filosóficas, apenas Ferreira tenha sido contratado para servir na Ajuda. Manuel Galvão da Silva permanecerá em Moçambique até à sua morte; José Joaquim da Silva regressará ao Brasil; João da Silva Feijó, antes de regressar ao Brasil, tentará sem êxito retomar o serviço de naturalista oficial.

<sup>27</sup> Francis Collins, *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia Minor, Egypt, etc., from 1796 to 1801*, Londres, Richard Phillips, 1809, pp. 13-15.

r no  
ter na  
és da  
co no  
ração  
tifica

raresto  
lo um  
ência  
e a  
lor de  
ctada  
itação  
icas.  
7, que  
leixa-  
ntre a  
ados e  
jectos  
ica na

ilustre  
t valia  
everia  
ço da  
hoses

, n.º 16,  
naturale,

nha sido  
orte; José  
em êxito

to 1801,

rare et précieuses, en tout genre (...). La collection des oiseaux, des poissons et des coquilles est riche et contient beaucoup de choses nouvelles, qui mériteroient d'être décrites et non de rester enterrées ici sans aucune utilité. (...) Mais est inutile, que je vous fasse l'énumération des choses, qui m'ont fait plaisir de voir ici, peut être elles vous intéresseront moins, puisque à la vérité ce ne sont que des choses curieuses – et tout qui est curieux et rare n'est pas instructif pour cela”<sup>28</sup>.

4. Os estabelecimentos museológicos da Ajuda, no período em estudo, são encarados pelo Poder como um lugar de excelência botânica para onde confluem muitos dos projectos governamentais de desenvolvimento económico do Reino e suas Colónias mas, paradoxalmente, os recursos técnicos (incluindo as limitações de espaço), financeiros e humanos disponíveis não são de molde a satisfazer plenamente a eficácia política pretendida, razão pela qual os profissionais recorrem à prestante colaboração de outros naturalistas, comprovado com o decisivo protagonismo de amadores como Joaquim de Amorim Castro, José Francisco Correia da Serra, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Bernardino António Gomes e José Mariano da Conceição Veloso.

Mas, encarado de outro prisma, este fenómeno poderá também comprovar o forte poder de atracção exercido pelo Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda entre os cultores da moda do coleccionismo e estudo dos produtos da Natureza, matéria sobre a qual – nesta segunda metade de setecentos – se estabeleciam fáceis consensos entre Poder, Ciência e Sociedade.

Em 1790, no final do mandato governativo de Luís de Vasconcelos e Sousa no Rio de Janeiro, frei José Mariano da Conceição Veloso é convidado pelo vice-rei a empreender a viagem até ao Reino,

<sup>28</sup> Abildgaard, “Lettre d'un naturaliste danois en passage à Lisbonne au siècle dernier”, in *Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal*, t. III, fasc. I, 1895-96, pp. 27-128. Publicado por Paul Choffât, a partir de carta autografa, dirigida a Francisco de Angulo, Director Geral das Minas de Espanha, datada de 10.02.1794 e existente no Arquivo de Alcalá de Henares. Abildgaard foi fundador da Sociedade de História Natural de Copenhaga e Secretário da Academia das Ciências da Dinamarca. Na sua longa viagem científica pela Europa (1790-1800), José Bonifácio de Andrada e Silva assistirá aos seus cursos.

transportando consigo os originais dos textos e gravuras fitológicas – a *Florae Fluminensis* – além de outro material museológico contido em ‘70 caixões’<sup>29</sup>. O herbário e os manuscritos dos estudos naturalísticos foram igualmente depositados nos estabelecimentos museais da Ajuda, constando estes do Catálogo da livraria e cartório com o título de *Nomes vulgares d’algumas plantas do Rio de Janeiro reduzidos aos triviais do Systema de Linneo, e da Flora Fluminense do P.de Velloso. 1790*<sup>30</sup>.

A colaboração do colector brasileiro com o projecto vandelliano de produção e edição da *Historia Natural das Colonias* podia passar agora, com a sua presença física, a outro patamar de responsabilidade científica tanto mais que seria a breve trecho associado ao meio intelectual lisboeta como membro da Academia Real das Ciências<sup>31</sup>.

Nestes primeiros anos de permanência em Lisboa ocupar-se-á, na Ajuda e na Academia, com as operações museográficas de estudo e classificação de espécies naturais, especializando-se em Ictiologia – domínio no qual utilizava um método taxidérmico inovador – , sem deixar de se preocupar com a missão primordial da sua presença na Corte, o aperfeiçoamento e publicação da *Florae Fluminensis*. Por isso, em 1797, em contexto orçamental de custos de impressão da sua obra botânica, ainda lembrará humildemente à autoridade régia que “(...) O Supplicante se acha nesta Corte há sete annos, fora do sêo Convento, para onde dezeja recolher-se logo que complete ésta acção”<sup>32</sup>.

A urgência de actualização científica – sobretudo no domínio da botânica, visando a revisão dos referentes taxonómicos da fitologia brasileira – deve tê-la pressentido frei Veloso no contacto com as obras teóricas europeias adquiridas pelo Museu e pela agremiação académica, razão pela qual pediu o auxílio dos seus confrades. Estes não lho

<sup>29</sup> Cfr. *Suplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso*, AHU, Reino, Manuscrito 2719.

<sup>30</sup> “N. 113 – *Nomes vulgares d’algumas plantas do Rio de Janeiro reduzidos aos triviais do Systema de Linneo, e da Flora Fluminense do P.de Velloso. 1790, in fol. (Não está completo)*” in *Autos do Inventario a que procedeu a Comissão encarregada da Inspecção scientifica e economica do Jardim Botânico da Ajuda, quando foi tomar conta da Bibliotheca e Cartorio do mesmo Jardim (2 e 16 de Dezembro de 1837)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 2123, “Academia Real das Ciências. Offícios. 1837-1843”.

<sup>31</sup> Cfr. *Pasta do Sócio José Mariano da Conceição Veloso*, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Arquivo da Secretaria. Esta ‘Pasta’ não contém qualquer documento além da indicação: “Sócio Livre 1-4-1791; Excluído 13-1-1798”.

<sup>32</sup> *Suplica de frei José Mariano da Conceição Veloso [1797]*, AHU, Reino, Maço 2705.

regatearam, porquanto, na acta da sessão de 19 de Novembro de 1791, se lê: “ (...) que se comprem todos os livros necessários à perfeição da obra do Sr. José Mariano da Conceição Vellozo ”<sup>33</sup>.

O compromisso institucional com a Academia passaria também por um projecto de co-autoria com o director dos estabelecimentos da Ajuda que previa a edição de um inventário ictiológico, decidindo-se por isso na sessão de 31 de Março de 1792 que: “ (...) se fizessem os gastos que se julgassem próprios para os desenhos e estampas da Ictiologia do Reino do Dr. Vandelli e do Brasil do Sr. José Mariano da Conceição Vellozo e algumas viagens se forem precisas ”<sup>34</sup>. Esta obrigação não deixará de lhe ser recordada quando, uma semana depois de excluído da agremiação por razões porventura relacionadas com os custos de impressão da sua *Florae*, a direcção decide: “ Que se escreva ao Sr. J. M. da C. Veloso a saber em que estado se acha a colecção de peixes que se incumbiu de fazer para o Museu da Academia ”<sup>35</sup>.

No ano seguinte, visivelmente desiludido com uma comunidade de naturalistas que nunca o reconhecerá como um dos seus, deixará cair um desabafo sobre a fraca produção nacional de textos impressos (obrigando-o a traduzir e a adaptar autores estrangeiros) e lamentará, com compreensível exagero, “ (...) não termos ainda hum só escrito nosso, ácerca da Historia Natural deste reino, e ainda de suas Colonias, naõ por falta de pessoas de talentos (...) ”<sup>36</sup>.

Decerto por fortuito acaso (mas de reveladora coincidência), o lamento é introduzido em tradução de obra de autor estrangeiro sobre a “ classe sexta do reino animal (...) segundo o systema do cavalheiro

<sup>33</sup> Apud Abílio Fernandes, “ Quatro cartas inéditas de Brotero para o conde da Barca ”, *Revista da Faculdade de Ciências*, vol. XVI, pp. 90-120, Coimbra, 1947, p. 102.

<sup>34</sup> *Acta da Sessão da Academia de 21 de Janeiro de 1798*, apud Abílio Fernandes, *ob. cit.*, 1947, p. 103.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 102.

<sup>36</sup> Prefácio a *Helminthologia portugueza, em que se descrevem alguns generos das duas primeiras ordens, intestinaes, e molluscos da classe sexta do reino animal, vermes e se exemplificaõ com varias amostras de suas especies, segundo o systema do cavalheiro Carlos Linne, por Jacques Barbut*. Tradução de José M. da C. Veloso, 1799. Vide A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário (1799-1801), Lisboa, BN/INCM, 1999, p. 202. “ Como se depreende do título, este trabalho tinha um carácter de divulgação e seguia à risca a sistemática lineana não tendo, infelizmente, Velloso acrescentando nada sobre a nossa fauna ” (L. P. Burnay e A. A. Monteiro, *História da malacologia em Portugal*, Lisboa, Publicações Ocasioneis da Sociedade Portuguesa de Malacologia, 1988, p. 17).

Carlos Linné” – os *vermes*, ou *invertebrados*. Os mesmos seres do reino animal que dezoito anos antes um jovem naturalista recém doutorado, Rodrigues Ferreira, prometera na Academia das Ciências estudar utilmente, jurando não conceder tréguas ao diletantismo dos amadores e à especulação dos *marchands*, anunciando-o com triunfalismo de neófito no seu *Abuzo da Conchyologia em Lisboa. Para servir de introdução á minha Theologia dos Vermes (1781)*<sup>37</sup>.

Tivesse Ferreira cumprido este seu projecto de publicação científica – emblema apenas de tantos outros que faleceram aos naturalistas nacionais – e careceria, porventura, razão e espaço ao labor editorial de frei Veloso, imprimindo em tradução ou adaptação um não negligenciável número de obras de história natural<sup>38</sup>.

5. A natureza imperial do país aliada a um tradicional desconhecimento dos seus recursos naturais, metropolitanos e coloniais, concitara uma geral curiosidade e expectativa internacional face à criação e condução (a partir da década de sessenta) dos estabelecimentos museológicos lusitanos a cargo de um naturalista italiano de reconhecida craveira e com uma áurea de prestígio e respeitabilidade que lhe advinha da condição de correspondente linneano.

Domingos Vandelli não terá frustrado as expectativas alimentadas entre amadores, sábios e instituições académicas e científicas, num espectro geográfico que poderíamos com propriedade designar de *Europa das Luzes* (da Península Ibérica à Rússia), mantendo uma activa relação epistolar com mais de quarenta personalidades de onze nacionalidades diferentes<sup>39</sup>. Esta absorvente tarefa seria socialmente

<sup>37</sup> AHMB, ARF -39 A.

<sup>38</sup> Consulte-se o catálogo bibliográfico velosiano, do Arco do Cego e de outras tipografias, in *A Casa Literária do Arco do Cego...*, 1999, pp. 139- 243. Na mesma obra é possível encontrar a contabilização, só nas edições daquela Casa Literária, de 11% dedicadas à ‘História Natural’ (Miguel Faria, *Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego*, p. 117).

<sup>39</sup> Cfr. *infra* Anexo “Correspondência de Domingos Vandelli com personalidades e instituições científicas europeias (1764-1811)”. A maior fatia documental encontra-se depositada no AHMB o qual, em 1978, sofreu um incêndio que consumiu alguma desta correspondência, sobretudo a que se reportava aos anos noventa (Cfr. W. J. Simon, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late Eighteen Century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983). Donde, se poder concluir que o universo de correspondentes seria ainda mais alargado.

merecedora de distinção e aplauso, a tal ponto que aparece explicitamente nomeada (em defesa da sua ofendida honra profissional) como tendo ele empregue o seu tempo de permanência entre nós – desde 1764 – “entretendo as correspondencias Litterarias com os Sabios do seu tempo”<sup>40</sup>, ao nível do magistério universitário, da criação e direcção de museus e jardins botânicos, da preparação de *naturalistas-viajantes*, e do apoio à fundação da Academia da Ciências.

A internacionalização das relações científicas e museológicas, institucionalmente cumprida pelo Director do complexo da Ajuda, não pode ser omitida quando avaliados os contributos nacionais para a formação do campo disciplinar da história natural setecentista<sup>41</sup>. Daí que a participação dos nossos naturalistas não possa ser reduzida à produção teórica de modelos explicativos – área em que nações periféricas, como as peninsulares, se não distinguiram – mas necessariamente alargada à circulação e divulgação quer de instrumentos intelectuais do conhecimento (informações sobre novas espécies, pareceres científicos, notícias sobre publicações e actividades de museus e jardins, etc.), quer de objectos naturais exóticos imprescindíveis à construção do grande *Catálogo da Natureza* e à afirmação de novos paradigmas disciplinares. Deste modo se cumpria o papel desempenhado pelos estabelecimentos da Ajuda na tendência então iniciada de *mundialização da Ciência*<sup>42</sup>, como acentua um

<sup>40</sup> *Dois panfletos anónimos contra Brotero (27 de Abril e 3 de Maio de 1803)*, BPE (Biblioteca Pública de Évora), Cod. CIX /1-18, P. 35, fls. 158 a 177.

<sup>41</sup> Numa avaliação mais alargada deste fenómeno haveria que contemplar o papel desempenhado por personalidades como João de Loureiro, Jacinto de Magalhães, Correia da Serra, Brotero ou o próprio Sousa Coutinho. No entanto, Vandelli cumpre aqui um papel institucional, continuado e persistente, que se reveste de uma natureza muito particular. Um dado interessante para se equacionar em toda a sua extensão esta sociabilidade científica europeia, tomando os nossos produtos naturais como tema, é a troca de informações entre viajantes de diferentes nacionalidades como no caso comprovado do inglês J. Banks e do prussiano LinK: “Il [Link] s’en retourna chez lui, par la voie de l’Angleterre. A Londres, il compara les plantes Portugaises avec l’herbier du Chevalier Joseph Banks” (H. F. LinK, *Flore Portugaise*, Berlim, t. I, p. 4).

<sup>42</sup> Cfr. Silvia F. de M. Figueirôa, “Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das Ciências Naturais no Brasil (de fins do séc. XVIII à transição ao séc. XX)”, *Asclepio (Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia)*, Madrid, vol. L, Fasc. 2, 1998, pp. 107-123; vide, também, alguns dos textos publicados in *Mundialización de la ciencia y cultura nacional* (Actas del Congreso Internacional ‘Ciencia, descubrimiento y mundo colonial), Madrid, Ediciones Doce Calles, 1993, pp. 331-339, nomeadamente Francisco Javier Puerto Sarmiento e A. González Bueno, “Política científica y expediciones botánicas en el programa colonial español ilustrado”, pp. 331-339.

autor que sinaliza bem o lugar de Lisboa na comunidade científica de finais de setecentos:<sup>43</sup>

No decorrer do período abarcado pela nossa análise – do post-pombalismo à pilhagem perpetrada por Saint-Hilaire – mantêm-se os temas presentes na correspondência vandelliana dos anos sessenta e setenta<sup>44</sup>, num pano de fundo em que prevalece a prática de reciprocidade e colaboração entre personalidades e instituições. Estes valores, exaltados como invioláveis pela comunidade de *savants* mesmo numa Europa já dilacerada pela guerra revolucionária, só serão interrompidos em 1808 (no caso português) quando a tradicional permuta se sobrepujar a estratégia do saque organizado pelo Estado napoleónico, com a interessada participação dos seus mais ilustres cientistas.

As vantagens de um intenso intercâmbio científico com Lisboa são incessantemente recordadas pelos mais diversos correspondentes de Vandelli. Talvez que a melhor ilustração deste espírito de curiosidade sobre os nossos recursos naturais, esteja contida em carta de Thomas Pennant (1726-1798), típico *gentleman-naturalist*, incansável organizador, popularizador e promotor do estudo da história natural nas ilhas britânicas<sup>45</sup>. Os laços de sociabilidade que o unem ao paduano devem-se seguramente à interferência de um colecionador inglês a residir em Lisboa desde o consulado pombalino, Gerard de Visme (1725-1798), que se prontifica a verter-lhe os pedidos ingleses para a nossa língua<sup>46</sup>.

A análise desta abundante correspondência com personalidades e instituições – Real Jardim Botânico de Madrid; Jardim do Rei e Sociedade Real de Agricultura, em Paris; Jardim da Universidade de Montpellier; Jardim Real de Kew e Royal Society, em Londres;

<sup>43</sup> W. J. Simon, *ob. cit.*, 1983, p. 51.

<sup>44</sup> 1. Intercâmbio de: produtos naturais e artificiais; catálogos de museus e jardins botânicos; livros e outras publicações; 2. Pareceres científicos sobre temas e publicações de História Natural; 3. Notícias sobre as actividades de museus e jardins botânicos; 4. Indicação de nomes e endereços de novos correspondentes (Cfr. *infra* Anexo).

<sup>45</sup> Cfr. Carol Urness, "Thomas Pennant" in *Dictionary of Scientific Biography*, New York, Charles Scribner's Sons, 1981, vol. 9, pp. 509-510.

<sup>46</sup> Cfr. *Carta de Thomas Pennant a Domingos Vandelli (Londres, 29 de Março de 1787)*, AHMB, CE/P -37. Existe uma 1ª carta, em Inglês, datada de 5 de Junho de 1786, *ibidem* CE/P -36.



Academia das Ciências de Bolonha; Jardim Botânico de Vicenza; Jardim Botânico e Museu de História Natural de Turim; Jardim e Museu de História Natural do Eleitor do Palatinado, em Florença; Universidade de Amsterdão; Universidade de Viena de Áustria; Sociedade Económica de Saxe, em Leipzig; Universidade e Jardim Botânico de Copenhague; Museu da Universidade de Upsala; Real Sociedade Patriótica de Estocolmo; Museu do Imperador da Rússia e Academia Imperial de Petrogrado – permite traçar um quadro de solicitações muito amplo que vai desde o pedido para que o “Jardim de Sua Magestade Fidelíssima” forneça uma espécie floral bastante rara à coleção botânica de um jardim da aristocracia inglesa<sup>47</sup> ou para que o Museu envie para a Escandinávia “toutes les differentes mines et pierres qui on tire du Portugal et de ses riches possessions [sic] dans les deux Indes”<sup>48</sup>.

Há finalmente um significativo caso de correspondência científica elevada a política de Estado, em que os protagonistas mais visíveis são governantes e diplomatas. A passagem por Portugal dos naturalistas alemães Heinrich Friedrich Link e Hoffmannsegg, numa viagem filosófica que se prolongaria de 1797 a 1800, haveria de deixar indeléveis marcas nas suas vidas e nas suas obras, aproximando-os intelectual e afectivamente de Portugal<sup>49</sup>. Link, com a aclamada parceria botânica de Brotero, aqui recolheu material e informações vegetalistas com que haveria de desenhar a sua monumental e muito bela *Flore Portugaise (1809-1820)*<sup>50</sup>. O Conde Jonhann-Centurius Von Hoffmannsegg (1766-1819), por seu lado, manterá uma viva ligação científica a Portugal que lhe valerá alguns excepcionais privilégios, o maior dos quais terá sido a abertura de uma porta até então interdita a

<sup>47</sup> Cfr. *Carta de Frederic North a Domingos Vandelli (Lisboa, 4 de Junho de 1788)*, AHMB, CE/N -5; e *Carta de Frederic North a Domingos Vandelli (Londres, 6 de Fevereiro de 1790)*, AHMB, CE/N -6.

<sup>48</sup> *Carta de André Christoffersson a Júlio Mattiazzi [Domingos Vandelli] (Estocolmo, 24 de Novembro de 1789)*, AHMB, CE/C -24. Identifica-se como médico do rei da Suécia.

<sup>49</sup> Um dos mais credíveis livros de viagem a Portugal, no séc. XVIII, é precisamente o que Link escreveu, em três volumes: *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, Levrault, Schoell e C.<sup>ª</sup>, 1.º e 2.º ts., 1803, 3.º t., 1805. Existe igualmente uma versão inglesa.

<sup>50</sup> *Flore Portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal avec figures coloriées, cinq planches de terminologie et une carte par J. C. de Hoffmannsegg ancien officier aux gardes du corps de Sa Magesté le Roi de Saxe*, Berlim, 1.º vol., 1809, 2.º vol., 1820.

estrangeiros: “Foi o primeiro Estrangeiro, a quem em Portugal se permittio mandar ao Pará Sieber, seu Ajudante. Este Naturalista demorou-se oito annos no Brazil, e o producto da sua Expedição fórma grande parte do Museu de História Natural da Universidade de Berlim, e da Collecção entomologica do Conde Hoffmansseg, preciosa pela sua riqueza e pelo seu arranjamto systematico”<sup>51</sup>.

O núcleo mais numeroso e persistente dos correspondentes do Director do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda é, todavia, francês (Seguier, Cusson, Gouin, Thouin, Nolin, Renault, Broussonet, Heritier, Jussieu e Gerard) e provém fundamentalmente dos seus mais prestigiados centros de investigação naturalista como os parisienses Jardim das Plantas (Muséum d’Histoire Naturelle a partir de 1793) e Sociedade Real de Agricultura, ou o Jardim Botânico da Universidade de Montpellier.

Tal facto necessita de ser devidamente enfatizado como fundamento documental à ideia que deixámos acima apenas enunciada, isto é, a de que a convivência entre as duas comunidades científicas se pautou durante décadas pelo mais escrupuloso respeito das regras de respeito mútuo e pela prática do intercâmbio de informações, de serviços e de produtos. Este quadro será radicalmente alterado quando, por iniciativa dos professores-administradores do *Muséum d’Histoire Naturelle*, o ministro do Interior francês Emmanuel Crétet (1747-1809)<sup>52</sup> – depois de obtida a imediata anuência do próprio Bonaparte –

51 [José Feliciano de Castilho], *Instrucção para os viajantes (...) e precedida de algumas reflexões sôbre a historia natural do Brazil, e estabelecimento do museu e jardim botânico em a Côrte do Rio de Janeiro*, 1819, p. XXIV.

52 Para uma informação mais circunstanciada sobre os ‘motivos’ franceses que envolveram esta ‘missão’, consulte-se: Etienne Geoffroy Saint-Hilaire, “Note sur les objects d’Histoire naturelle recuillis en Portugal”, *Annales du Muséum d’Histoire Naturelle*, Paris, 1808, pp. 434-438; Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, *Vie, travaux et doctrine scientifique d’Étienne Geoffroy Saint-Hilaire*, Paris, P. Bertrand, 1847; E.-T. Hamy, “La mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal (1808). Histoire et documents”, *Nouvelles Archives du Muséum National d’Histoire Naturelle*, 4.<sup>a</sup> série, t. X, pp.1-66, 1908; Y. Laissus, “Catalogue des manuscrits d’Etienne Geoffroy Saint-Hilaire”, *Revue d’Histoire des Sciences*, t. XXV, n° 4, P.U.F., 1972, pp. 365-390; Jacques Daget e Luiz Saldanha, *Histoires naturelles franco-portugaises du XIX e siècle*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, 1989.

enviar a Lisboa uma missão chefiada por um dos mais brilhantes naturalistas do seu tempo, e já então (noutro registo da sua biografia) com prestantes provas dadas no saque artístico e científico do Egipto.

Investido da autoridade de 'Comissário', e acobertado pela força invasora comandada por Junot, Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) cumprirá com minúcia profissional o programa de que vinha cometido: seleccionar, acondicionar e remeter para França todos os espécimens naturais (e a respectiva documentação escrita e iconográfica disponível) em falta nas colecções parisienses. Ou seja, obter numa única incursão – a partir de uma posição de domínio político e militar – um cobiçado património científico e museológico de proveniência tropical, impossível de adquirir pelos métodos normais utilizados em tempo de paz.

Que justificações mais ou menos desculpabilizadoras se tenham depois formulado, ao longo dos anos – alegando uma atitude de generoso serviço prestado à *Ciência* e a um Museu mal organizado e pior dirigido<sup>53</sup> – não pode, todavia, esconder o essencial deste lamentável episódio: a condenável conivência da elite naturalista francesa com a depredação de recursos nacionais alheios, resultado de uma política internacional baseada no princípio do *droit du vainqueur* e no conceito de 'espólio universal'<sup>54</sup>.

6. Brotero, nos anos oitenta, tinha frequentado os museus, os jardins botânicos e as universidades francesas, ali tendo obtido o doutoramento em Medicina e publicado a sua primeira obra botânica antes de ingressar na Universidade em substituição de Vandelli<sup>55</sup>. Correia

<sup>53</sup> J. Daget e L. Saldanha, *ob. cit.*, 1989 p.19.

<sup>54</sup> "Este principio del expolio universal nunca fue cuestionado en Francia y la única regla a la que se sometió fue la de la discrecionalidad del emperador y de sus parientes o la conveniencia política – pues había lugares en los que a Napoleón no le interesaba presentarse como un vándalo. Fue más tímida en el Piamonte, Sajonia o Nápoles o más ofensiva en Alemania, Austria y, finalmente, España." (María Bolaños, *Historia de los museos en España. Memoria, cultura, sociedad*, Gijón, Ediciones Trea, 1997, p. 142).

<sup>55</sup> Cfr. *Noticia biographica do doutor Felix de Avellar Brotéro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847; e Abílio Fernandes, "Felix de Avelar Brotero e a sua obra", *Boletim da Sociedade Broteriana*, vol. XIX (2.ª série), 1.ª parte, pp. LIII-LXXVI, Coimbra, 1944

da Serra nos primeiros anos de oitocentos apregoava sentir-se melhor em Paris – onde os periódicos científicos lhe acolhiam os festejados artigos de Carpologia – do que na Pátria, chegando a confessar querer passar os seus últimos anos de vida naquele paraíso terrestre<sup>56</sup>.

Até que ponto este privilegiado relacionamento intelectual fundamentava bem o conhecimento da França sobre a nossa realidade naturalista pode ser avaliado pela cópia de pormenores insertos na carta que Antoine Laurent de Jussieu (1748-1836) – uma das maiores personagens do meio científico gaulês e membro de famosa ‘dinastia’ de botânicos – dirige ao ministro Sousa Coutinho, em 1802, sugerindo-lhe a passagem das ligações científicas a patamar mais elevado de colaboração<sup>57</sup>.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho não ficará naturalmente indiferente a tão formal manifestação de empenho no aprofundamento das relações científicas com o nosso país – pese embora a complexa teia de relações internacionais que então se urdiam e que o há-de afastar do Poder, acusado de anglofilia – já que tal quadrava bem no seu programa de reformas *ilustradas* da sociedade portuguesa, apressando-se a enviar para a Ajuda a carta do professor do *Jardin des Plantes* acompanhada de um texto que constitui a expressão genuína do pensamento político de um notável governante setecentista<sup>58</sup>.

É por isso indesmentível que até à imposição de um relacionamento de dominação belicista existe uma tradição de permuta científica, um fluxo epistolar que circula em ambos os sentidos longamente alimentado e acarinhado na Ajuda, em Coimbra, em Paris,

---

<sup>56</sup> Cfr. *Carta de Correia da Serra a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (11 de Junho de 1802)*, apud Augusto da Silva Carvalho, *O abade Correia da Serra*, Lisboa, Sep. do t. VI, Classe de Ciências das Memórias, Academia das Ciências de Lisboa, 1948.

<sup>57</sup> Carta de Antoine Laurent de Jussieu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (17 de Julho de 1802), apud Baltasar Osório, “Algumas notas inéditas e pouco conhecidas acerca da vida e obra de Félix d’Avelar Brotero”, *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. V, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1918, pp. 179-180. Existe também uma carta, em Latim, dirigida a Vandelli nos anos oitenta: *Carta de Antoine Laurent de Jussieu a Domingos Vandelli (30 de Junho de 1786)*, AHMB, CE/D -22.

<sup>58</sup> Cfr. *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Domingos Vandelli (23 de Dezembro de 1802)*, in *Livro de Registo dos Decretos*, MCUL.

em Montpellier e que será, de resto, lentamente retomado depois da aventura espúria do imperialismo napoleónico<sup>59</sup>.

A primeira manifestação deste conceito de diplomacia agressiva fora eloquentemente ensaiada em Lisboa pelo embaixador Jean Lannes (1802-1804) cuja proverbial venalidade o implicou numa política de rapacidade no Museu régio da Ajuda em proveito próprio, já que não se encontram rastros em qualquer museu francês das sucessivas requisições de produtos impostas às autoridades portuguesas<sup>60</sup>.

Questão que se tem colocado com cíclica frequência – a propósito do esbulho das colecções naturais do Real Museu da Ajuda em 1803, 1804 e 1808 – é a de saber até que ponto terá influído decisivamente tanto na desarticulação da organização museológica (sendo responsável, em última análise, pela decadência e morte dos estabelecimentos), quanto no atraso verificado na investigação oitocentista em ciências da natureza.

Se, em relação à primeira componente do binómio, parecem não restar muitas dúvidas de que assim terá acontecido (tanto mais que essa foi a unânime leitura produzida na época, face aos efeitos globais na sociedade portuguesa das invasões francesas e da saída da Corte para o Brasil) já no respeitante a uma ligação causa-efeito entre pilhagem de produtos e ausência de trabalho científico (opinião genericamente proveniente de naturalistas<sup>61</sup>), alimentamos a maior das reservas

<sup>59</sup> O restabelecimento de normais relações científicas entre Lisboa e Paris pode ser comprovada por fontes muito abundantes e esclarecedoras, nomeadamente pelo testemunho de viajantes franceses depois das guerras peninsulares, empenhados em repor a credibilidade, muito abalada, dos seus cientistas envolvidos nas políticas napoleónicas (Cfr. Charles-Victor d' Hautefort, *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814*, Paris, Delaunay, 1820; Louis-François de Tollenare, *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, Paris, P.U.F., 1971).

<sup>60</sup> Cfr. *Relações Dos Productos naturaes que por Ordem Regia se remetterão deste Real Museu ao General Lasnes [sic], Embaixador da Republica Francaza nesta Corte, (Agosto de 1803 – Maio de 1804)*, AHMB, Geoffroy de Saint-Hilaire, Div.- 16 a., n.º 22; e *Carta do Visconde de Balsemão a Domingos Vandelli (17 de Novembro de 1803)*, in *Livro de Registo dos Decretos*, MCUL.

<sup>61</sup> J. V. Barbosa du Bocage, *Instrucções praticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoologicos para o Museu de Lisboa*, 1862; e Carlos Almaça, *A expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira no contexto histórico-natural da sua época*, 1992; *Idem, Bosquejo histórico da Zoologia em Portugal*, 1993; *Idem, A natural history museum of the 18th century: the royal museum and botanical garden of Ajuda*, 1996.

atendendo ao que deixamos analisado a propósito das limitações administrativas impostas ao nosso acanhado meio profissional. De facto é amplamente documentável, até em testemunhos de viajantes ingleses<sup>62</sup>, a percepção de que a passagem do comissário francês conjugada com a longa ausência do Rei provocara danos irreparáveis nesta, como noutras, repartições públicas<sup>63</sup>.

Há, no entanto, uma dimensão que não pode ser esquecida e que cremos constituir, essa sim, uma limitação estrutural e que é de ordem humana e material. Como poderia um programa de investigação naturalista (sabendo-se que empenharia, como no *Muséum* parisiense, equipas em labor quase vitalício) ser praticado num estabelecimento dirigido por um alquebrado septuagenário e por um doente crónico entrevado, sendo depois substituídos por um botânico jubilado da Universidade, debilitado por constantes enfermidades?<sup>64</sup>. Mais ainda: a estes dirigentes se reduzia o quadro de naturalistas profissionais com formação técnica superior; outros funcionários dispunham apenas de formação intermédia cumprindo funções de apoio (preparadores do museu, desenhadores e gravadores, jardineiros-botânicos).

Por outro lado, o contexto administrativo e financeiro durante os atribulados anos de 1808 a 1836 será de corte de despesas e de despedimento de pessoal, mantendo-se a tendência inaugurada pela administração Junot. Como denunciarão Vandelli e Brotero, muitos empregados do Museu e do Jardim Botânico abandonarão o seu posto de trabalho buscando na incorporação castrense ou na mendicidade a

<sup>62</sup> Cfr. William Granville Eliot, *A treatise on the defence of Portugal*, Londres, T. Egerton, 1811, p. 175.

<sup>63</sup> Também em Espanha parece terem sido muito extensos os efeitos das guerras peninsulares nos estabelecimentos museológicos e científicos: "La invasión napoleónica representa el inicio de una decadencia catastrófica de la ciencia española que afectó, en primer término, al propio Gabinete carolino, cuyas colecciones fueron expoliadas, con la consiguiente pérdida de piedras y productos de valor insustituible" (María Bolaños, *ob. cit.*, 1997, pp. 133-134).

<sup>64</sup> Cfr. *Carta de Brotero ao Conde de Galveias (6 de Dezembro de 1810)*, apud A. Pires de Lima e J. R. Santos Júnior, *Cartas inéditas de e para Brotero*, Porto, Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1944, pp. 34-35, transcrita do AHU.

dignidade perdida<sup>65</sup>. É difícil, pois, imaginar que tal programa de pesquisa pudesse ter sido cumprido entre nós mesmo que as colecções que legitimamente pertenciam aos que as tinham esforçadamente colectado não tivessem sido sonegadas em proveito de outra comunidade museológica e científica que, provida de poderosos meios, as descreveu, classificou e incorporou como suas<sup>66</sup>.

<sup>65</sup> Cfr. *Requerimento de Domingos Vandelli para obtenção de sege, s/d*, [1808] ANTT, Ministério do Reino, Maço 279, Cx. 372, (1801-1818); *Resposta de Félix de Avelar Brotero a uma portaria do ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro (16 de Novembro de 1822)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, (1821-1833); *Ofício de Brotero a Joaquim Pedro Gomes de Oliveira (22 de Agosto de 1823)*, ANTT, M. do Reino, Maço 444, Cx. 555; *Representação de Félix de Avelar Brotero ao Bispo de Viseu (17 de Março de 1827)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, (1821-1833); *Ofício do Escrivão da Fazenda do Real Museu ao Conde de Basto (8 de Agosto de 1831)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, (1821-1833).

<sup>66</sup> É possível, nesta perspectiva, estender a Portugal a certa análise do botânico inglês David Don: "Tal vez ningún pueblo há realizado mayores sacrificios por la ciencia como la nación española. Sus expediciones y viajes de descubrimiento se llevaron a cabo com la mejor munificencia y en extensiva escala; desafortunadamente sus resultados tuvieron poca posibilidad de ser conocidos por el mundo científico" (Cit. in María Bolaños, *ob. cit.*, 1997, p. 135).

## Anexo

Correspondência de Domingos Vandelli com personalidades e instituições científicas europeias (1765-1811)\*

### A – Origem Geográfica

ESPAÑA

Madrid

FRANÇA

Paris

Montpellier

INGLATERRA

Londres

ITÁLIA

Bolonha

Turim

Vicenza

Florença

Milão

P. BAIXOS

Amesterdão

FLANDRES

Malines

ÁUSTRIA

Viena

ALEMANHA

Colónia

Leipzig

DINAMARCA

Copenhague

Upsala

SUÉCIA

Estocolmo

RÚSSIA

Petrogrado

### B – Instituições Científicas

ESPAÑA

Real Jardim Botânico de Madrid

FRANÇA

Jardim do Rei, Paris

Gabinete do Abade Nolin, Paris

Sociedade Real de Agricultura de Paris

Jardim Botânico de Montpellier



<b><u>INGLATERRA</u></b>	Jardim Real de Kew, Londres Royal Society
<b><u>ITÁLIA</u></b>	Academia das Ciências de Bolonha Gabinete de Ferdinando Bassi (Bolonha) Jardim Botânico de Vicenza Gabinete de A. Turva (Vicenza) Jardim Botânico e Museu de História Natural de Turim
<b><u>PAÍSES BAIXOS</u></b>	Universidade de Amesterdão
<b><u>FLANDRES</u></b>	Gabinete de A. Bertraud (Malines)
<b><u>ÁUSTRIA</u></b>	Universidade de Viena
<b><u>ALEMANHA</u></b>	Gabinete e Jardim Botânico do Barão de Hupsch, Colónia Gabinete e Jardim Botânico do Eleitor do Palatinado Sociedade Económica de Saxe, Leipzig
<b><u>DINAMARCA</u></b>	Jardim Botânico de Copenhague Universidade de Copenhague (Medicina e Botânica)
<b><u>SUÉCIA</u></b>	Museu da Universidade de Upsala Gabinete de André Christoffersson, Estocolm
<b><u>RÚSSIA</u></b>	Museu do Imperador da Rússia Academia Imperial de Petrogrado

### **C – Assuntos Abordados**

1. Intercâmbio de: produtos naturais e artificiais; catálogos de museus e jardins botânicos; livros e outras publicações
2. Pareceres científicos sobre temas e publicações de História Natural
3. Notícias sobre as actividades de museus e jardins botânicos
4. Indicação de nomes e endereços de novos correspondentes
5. Pedido de apoio político no exílio (Açores e Londres)

**D – Línguas Utilizadas** (por ordem decrescente)

Italiano

Francês

Latim

Inglês

Castelhano

**FONTES:** *Arquivo Histórico do Museu Bocage; British Library; Linnaen Society; Arquivo do Real Jardim Botânico de Madrid*